

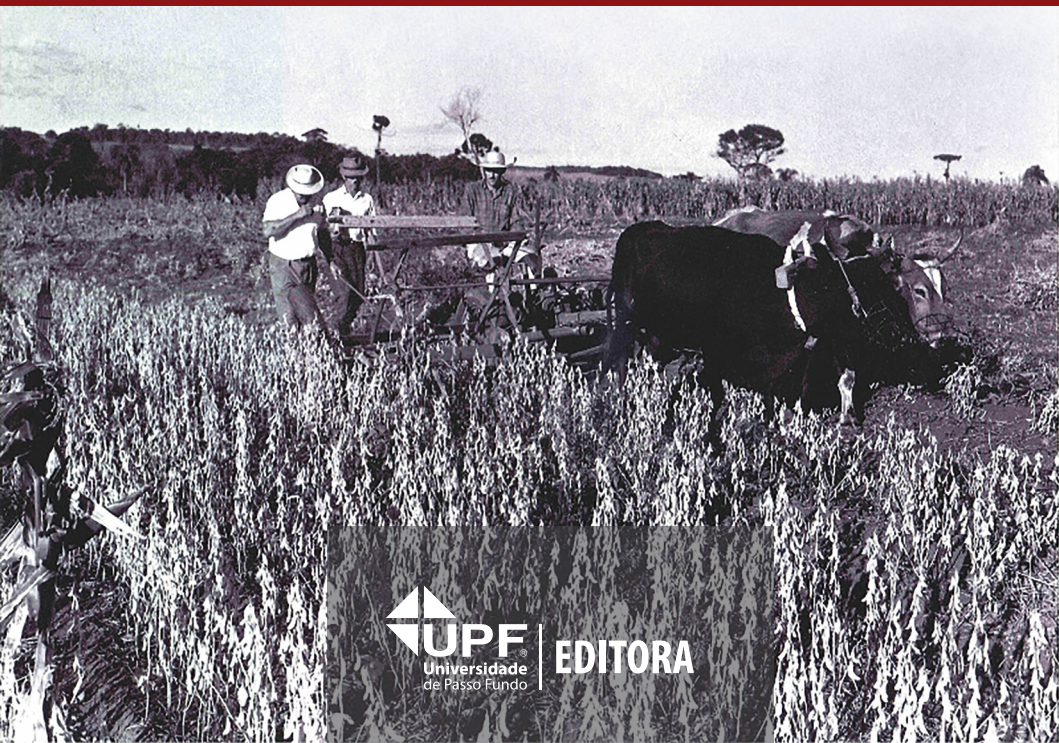
Ironita A. Policarpo Machado

Marcos Gerhardt

(Org.)

HISTÓRIA DO MUNDO RURAL

O SUL DO BRASIL



 **UPF**
Universidade
de Passo Fundo

EDITORIA

Copyright© dos autores

Daniela Cardoso

Ana Paula Pertile

Cristina Azevedo da Silva

Revisão de textos e revisão de emendas

Sirlete Regina da Silva

Rubia Bedin Rizzi

Projeto gráfico, diagramação e criação da capa

Referência da imagem da capa:

MACHADO, Ironita A. Policarpo; GERHARDT, Marcos (Org.). *História do mundo rural: o sul do Brasil*. Passo Fundo: UPF Editora, 2017.

Trabalho agrícola: Primeira e Segunda Exposição Agropecuária e Industrial, 1939-1940. 1 fotografia, p&b, 30,5 cm x 40,5 cm. Acervo do Museu Histórico Regional.

Este livro, no todo ou em parte, conforme determinação legal, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa e por escrito do(s) autor(es). A exatidão das informações e dos conceitos e as opiniões emitidas, as imagens, as tabelas, os quadros e as figuras são de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

H673 História do mundo rural [recurso eletrônico]: o sul do Brasil / Ironita A. Policarpo Machado, Marcos Gerhardt (Org.). – Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2017. 2.570 Kb ; PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso gratuito: <www.upf.br/editora>.

ISBN 978-85-7515-987-3 (E-book)

1. Rio Grande do Sul - História. 2. Desenvolvimento rural. 3. Movimentos sociais. 4. Trabalhadores rurais. I. Machado, Ironita A. Policarpo, coord. II. Gerhardt, Marcos, coord.

CDU: 981.65

Biblioteca responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

UPF EDITORA

Campus I, BR 285 - Km 292,7 - Bairro São José

Fone/Fax: (54) 3316-8374

CEP 99052-900 - Passo Fundo - RS - Brasil

Home-page: www.upf.br/editora

E-mail: editora@upf.br

UPF Editora afiliada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

7 Apresentação

Parte 1 – Ocupação humana de espaços

- 18** “Novilhos que viram dinheiro”: algumas considerações sobre os rendimentos de uma charqueada na Pelotas escravista (C. 1850 – C. 1870)

Jonas Moreira Vargas

- 41** A vida na fronteira meridional do Império: a presença dos rio-grandenses em terras uruguaias (1870-1880)

Amanda Both

- 58** Escravidão e relações patrão-cliente: conceitos para pensar a “administração” indígena no sul do Brasil colonial

Isadora Lunardi Diehl

- 81** O mercado da terra entre os imigrantes italianos no Brasil meridional

Maíra Ines Vendrame

- 112** Terras e colonização: a formação da região colonial de Passo Fundo

Rosane Marcia Neumann

- 139** Conservação dos ervais nativos no Rio Grande do Sul

Marcos Gerhardt

- 176** Lavoura de alimentos e diversidade produtiva na região das Missões: Rio Grande de São Pedro, século XIX

Leandro Goya Fontella

“NOVILHOS QUE VIRAM DINHEIRO”: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RENDIMENTOS DE UMA CHARQUEADA NA PELOTAS ESCRAVISTA (C. 1850 — C. 1870)

Jonas Moreira Vargas*

Introdução

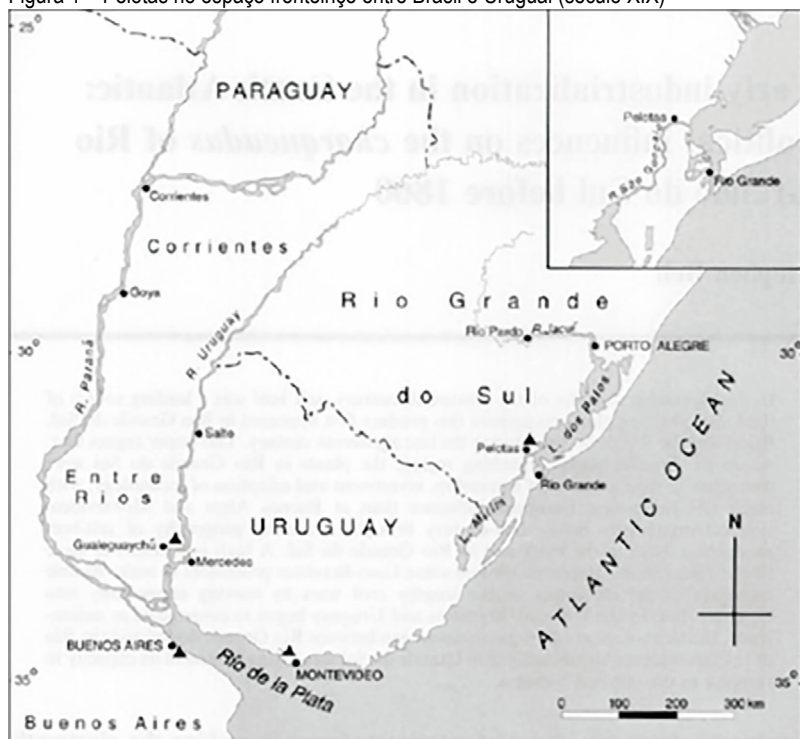
Ao longo de todo o século XIX, o charque (carne-seca) e os couros foram os principais produtos exportados pelo Rio Grande do Sul, somando, frequentemente, mais de 70% dos valores negociados no porto marítimo da cidade de Rio Grande (DALMAZO, 2004, p. 63-64). Componente importante da dieta das populações pobres das capitais litorâneas, o charque era consumido, principalmente, pelos trabalhadores cativos das *plantations* do Sudeste e do Nordeste do Brasil. No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas (fábricas de carne-seca), instaladas nos fins do século XVIII, surgiram da necessidade de suprir a crescente demanda por alimentos impulsionada pelo grande fluxo de escravos africanos vindos para a América portuguesa. Além disso, as primeiras charqueadas também foram fruto dos investimentos de comerciantes que viram uma oportunidade de preencher um espaço aberto com a crise

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFPel. E-mail: jonasmvargas@yahoo.com.br

da produção de carne-seca no Nordeste, ocasionada pelas duras secas que afetaram a região (OSÓRIO, 2007).

Nesse contexto, o município de Pelotas tornou-se o principal polo charqueador não apenas do Rio Grande do Sul, mas de todo o Império do Brasil. Geograficamente bem localizado, entre o porto marítimo da cidade de Rio Grande e uma vasta fronteira composta de extensos campos de criação de gado vacum, o município possuía as mais desenvolvidas charqueadas da Província, atraindo diversos investidores e concentrando milhares de escravos em suas dependências (Figura 1). Ao longo do século XIX, o número de charqueadas existentes (não ao mesmo tempo) nas margens dos Rios Pelotas e São Gonçalo foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822, havia 22 charqueadas na região, em 1850, esse número atingiu a casa dos 30, em 1873, chegou aos 35 e, em 1880, aos 38. Os anos 1860 são considerados como o grande auge econômico do setor, podendo-se considerar que foi apenas na década de 1880 que houve o início de uma crise irreversível, que resultou na decadência do complexo charqueador escravista. O resultado disso foi que, em 1900, existiam apenas onze charqueadas em Pelotas, indicando que o declínio do setor coincidiu com a Abolição da Escravidão (1888) e a queda da própria monarquia (1889) – que tinha nos empresários das carnes um de seus sustentáculos. Em seu período de auge, é provável que Pelotas fabricasse mais de 80% de todo o charque do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2013).

Figura 1 – Pelotas no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai (século XIX)



Fonte: Bell (1993, p. 400).

Sabe-se que os charqueadores estavam entre os empresários mais ricos do Sul do país, tendo alguns deles atingido fortunas comparáveis aos grandes comerciantes, senhores de engenho e cafeicultores. Sob essa ótica, o presente texto busca oferecer uma contribuição para se compreender os possíveis rendimentos de uma charqueada escravista entre as décadas de 1850 e 1870. Tal questão ainda se apresenta em aberto na historiografia brasileira, visto a quase inexistência de livros contábeis pertencentes às unidades produtivas escravistas, tanto no período colonial quanto no imperial. O resultado é

que os historiadores tentam contornar essa lacuna documental, buscando montar um quebra-cabeça a partir de fragmentos contidos em documentos de variada origem. Nesse sentido, pretende-se, com este texto, estimular novas pesquisas na área, para que contribuições futuras e correções dos dados expostos sejam realizadas, com o propósito de enriquecer nosso parco conhecimento a respeito dessas questões.

Delineando o problema de pesquisa

Não foi possível localizar a contabilidade completa de uma charqueada escravista. De acordo com Farinatti, “poucos são os livros contábeis propriamente ditos com que se pode contar para o estudo das ‘empresas’ rurais daqueles períodos”. As explicações do autor para tal ausência são de que “a maioria daquelas fazendas, sítios, chácaras, estâncias não mantinha mesmo uma escrituração contábil regular, além disso, muitos dos registros que existiram não se conservaram” (FARINATTI, 2010, p. 100). Se, para os estancieiros, a prática regular de escriturar as suas contas talvez não fosse comum, entre os charqueadores, que exerciam uma atividade muito mais mercantil do que aqueles, existem evidências de que, no meado do século XIX, tal prática devia ser executada na maioria das charqueadas. Nos processos judiciais de cobrança de dívidas, é muito comum os juízes mandarem analisar os livros das firmas envolvidas nos autos. Em 1866, por exemplo, na liquidação da empresa Viúva Vianna & Filhos, os oficiais de justiça recolheram do escritório da charqueada três livros borradores, dois livros correntes, um diário e nove maços de diversos papéis, sendo um deles de contas de salários e outros

com cartas entre 1854 e 1865. No escritório, também havia três escrivaninhas e trinta livros de literatura.¹

Na ausência de tais documentos, como os encontrados por Stuart Schwartz para os engenhos de açúcar no Recôncavo baiano (1999, p. 97-98), a reconstituição exata das despesas e dos lucros de uma charqueada torna-se muito difícil de ser afirmada com precisão. Para realizar uma breve estimativa, deve-se perguntar, primeiramente, quais investimentos iniciais deveriam ser feitos por um indivíduo caso quisesse dedicar-se a esse ramo de negócios. Até agora, foi possível verificar que poucos charqueadores detinham grandes estâncias na fronteira e embarcações de comércio marítimo. Tais inversões ofereciam ao charqueador melhores condições de acesso a setores-chaves da economia. Porém, seria equivocado considerar que fossem imprescindíveis para o exercício das atividades de charquear. Portanto, um iniciante, para começar em tal ramo de negócios, deveria possuir, antes de tudo, a sua charqueada e os seus escravos. É para esses investimentos que se deve atentar. Realizarei somente algumas considerações relacionadas às décadas de 1850 e 1860, visto que é daquele período que obtive mais informações, fazendo as ressalvas necessárias ao longo da exposição.

Pela heterogeneidade das benfeitorias, que podiam compor uma unidade produtiva e a qualidade e o tamanho dos estabelecimentos, o valor da charqueada é o mais problemático para se estabelecer os custos iniciais. Entre os anos de

¹ Processo de Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, n. 2.568, m. 74, 2º Cartório do Cível, Pelotas, 1865, APERS. Entretanto, por uma falta de sorte de minha parte, nem neste processo e nem nos outros, as contas da charqueada foram descritas de forma completa. Os examinadores dos livros apenas avaliavam a veracidade das escriturações, se havia irregularidades e se eram feitas “na lógica mercantil”, como afirmou um oficial. O mesmo serve para os inventários, nos quais eram anexados recibos e fragmentos de contas de uma safra, mas nunca uma conta completa.

1850 e 1860, é possível encontrar charqueadas valendo menos de 20:000\$, enquanto que a de José Inácio da Cunha valia 110:000\$. Isso dificulta o estabelecimento de um percentual médio dos escravos e da charqueada no patrimônio total de um charqueador, como Stephen Bell buscou realizar (1998, p. 72-73). Além disso, não havia um consenso sobre o que pertencia ou não à charqueada. Era comum, nos inventários anteriores aos anos 1860, os oficiais avaliarem benfeitoria por benfeitoria, ficando difícil definir o que era imprescindível ao funcionamento da fábrica.²

Somente a partir das décadas de 1850 e 1860 é que começa a ficar mais comum os avaliadores substituírem o grande número de benfeitorias descritas por somente algumas delas, ficando subentendido que o terreno, as senzalas, as barracas de couros, as casas dos empregados, o moinho do sal, o trapi-che, entre outros, estavam reunidos em uma única unidade, denominada “estabelecimento de charqueada”. No inventário de Joaquim Guilherme da Costa, por exemplo, a fábrica foi descrita como: “Um estabelecimento de charqueada completo com casa de sobrado e diversas outras casas térreas, galpões e todas as demais benfeitorias edificadas num terreno situa-

² Examinando poucos inventários, Bell considerou que os escravos perfaziam 70% dos investimentos da charqueada. Por azar, o inventário escolhido pelo autor, o do Comendador João Simões Lopes, foi um dos quais a charqueada apresentou um dos menores valores na época – apenas 15:000\$. Analisando apenas os inventários dos anos 1860, e somando o valor da charqueada ao dos escravos, foi possível verificar quatro patrimônios onde os escravos apresentaram um percentual inferior ao valor da charqueada. Foram os casos de João Jacintho de Mendonça (45,8%), Inácio Rodrigues Barcellos (34%), Silvana Claudina Belchior (43,2%) e Cipriano J. R. Barcellos (36,6%). Tais cálculos são muito complexos, pois dependem tanto das condições da charqueada quanto dos escravos, além da época em que foram avaliados. Mesmo assim, por motivos que explicitarei adiante, tendo a concordar com Bell, pois, na maioria das vezes, os escravos eram bens mais valiosos do que a charqueada, ainda mais após a extinção do tráfico atlântico.

do na margem do Arroio Pelotas”.³ Portanto, não se elencava mais o grande rol de benfeitorias e utensílios. Contudo, observe-se que a moradia do charqueador é incluída conjuntamente no espaço que se entendia pertencer à charqueada. Isso dificulta a análise, visto que um sobrado ao lado da fábrica representava mais um investimento, em termos de conforto e símbolo de *status*, do que algo indispensável para um investidor que quisesse dar início aos negócios com o charque.

Portanto, decidiu-se investigar as escrituras públicas de compra e venda de imóveis para verificar o quanto um indivíduo estava disposto a pagar para se tornar um charqueador nos meados daquele século. No entanto, não foram localizadas tantas escrituras. Na realidade, nos meados de oitocentos, poucos compraram uma charqueada completa e com todos os seus escravos prontos para trabalhar. No ano de 1860, somente Cândido Antônio Barcellos o fez. Ele pagou 166:400\$ por um estabelecimento de charqueada com todos os seus pertences, 2 poteiros, 1 iate e 56 escravos. Os escravos (49 homens e 7 mulheres) foram avaliados em 78:400\$.⁴ Por uma grande coincidência, o número de 56 escravos foi exatamente a média de cativos nos inventários dos charqueadores entre 1850 e 1870. O valor pago pela charqueada foi próximo dos 70:000\$. Era um preço um pouco acima do valor médio das charqueadas avaliadas nos inventários da década de 1860 – 55:000\$. Portanto, tal inversão de capital de Cândido Barcellos pode servir como ponto de partida para a tentativa de estabelecer os rendimentos médios de uma charqueada.

De acordo com o Visconde de São Leopoldo, um charqueador recuperava seus investimentos iniciais em seis ou oito sa-

³ Inventário de Joaquim G. da Costa, n. 599, m. 38, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1865, APERS.

⁴ Escritura de compra e venda de 1º de dezembro de 1862, 1º Tabelionato de Pelotas, Livro de Notas n. 9, Apers.

fras (BELL, 1998, p. 73). Isso significa que os rendimentos da charqueada de Cândido Barcellos teriam que estar em uma ordem aproximada de 20:000\$ a 25:000\$ anuais. Analisando dezenas de processos judiciais e inventários, encontrei, para a mesma época, somente dois depoimentos a respeito dos lucros da charqueada durante uma safra. A charqueada Viúva Vianna & Filhos, com 41 escravos, rendeu pouco mais de 49:000\$ em 1864. Foi quando ela buscou dinheiro para pagar seus credores.⁵ Em 1862, José Duarte Souza, genro do charqueador João Vinhas, disse que a charqueada do seu sogro (que, na época, possuía 46 escravos) rendia anualmente cerca de 50:000\$.⁶ Portanto, para a mesma época, seguindo os relatos dos próprios contemporâneos, os lucros poderiam chegar ao dobro.

A partir dos fragmentos garimpados em diversas fontes, vou tentar oferecer uma estimativa desses rendimentos. Contudo, insisto com o leitor que, na ausência de livros contábeis, minha abordagem não buscou, em momento algum, uma exatidão. Nesse sentido, por falta de documentação, a análise que segue é passível de erros. Portanto, trata-se de uma experiência analítica com a finalidade de estimular outros pesquisadores a colaborar com o tema, que entendo ser de grande importância para a história econômica do Brasil, qual seja, a compreensão dos rendimentos de uma empresa escravista nos oitocentos.

⁵ Processo de Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, n. 2.568, m. 74, 2º C. do Cível, Pelotas, 1865, Apers.

⁶ Inventário de Mathilde da S. Vinhas, n. 567, m. 36, 1862, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, Apers. Tratam-se de valores bastante altos e que, no caso do segundo depoente, que tinha interesse direto no inventário, poderiam estar superestimados.

Os rendimentos da charqueada escravista: analisando os dados e as fontes

Os preços do gado oscilaram bastante durante o período e tenderam a aumentar a partir dos anos 1870.⁷ Mas, para as décadas de 1850 e 1860, os novilhos vendidos para as charqueadas deviam valer entre 12\$ e 18\$. Farinatti (2010, p. 142), por exemplo, verificou que, em 1851 e 1852, um grande estancieiro de Alegrete vendeu seus novilhos por valores entre 14\$ e 17\$. Na mesma época, o charqueador João Simões Lopes teve os novilhos de sua estância avaliados em 16\$. Em 1862, os novilhos que João Jacintho de Mendonça possuía em sua Estância, no Uruguai, foram avaliados em 12\$. Portanto, parece que as crias no Uruguai eram mais baratas, e comprá-las poderia render maiores lucros ao charqueador. Todavia, em uma escritura pública de 1868, encontrei novilhos uruguaios vendidos em Pelotas por 18\$.⁸ Assim, para o cálculo que segue, optei por uma média de 16\$ para o preço de um novilho abatido em uma charqueada pelotense nos meados de 1860.

Com relação ao sal, em 1882, Louis Couty (2000, p. 200) mencionou que a quantidade do produto utilizado para salgar cada bovino abatido nas charqueadas oscilava entre 8 kg e 10 kg. Ester Gutierrez (2001, p. 189), por sua vez, considerou que eram utilizados de 10 kg a 12 kg de sal no mesmo processo. Novamente, optei pela média de 10 kg. Tendo em vista que o preço do alqueire de sal (13,8 kg) sempre oscilou em torno de

⁷ Como indicam as cotações correntes nos periódicos de Pelotas. Ver, por exemplo, *Jornal do Comércio de Pelotas*, em 1º de julho de 1877 (Biblioteca Pública de Pelotas). Em Alegrete, os preços do gado amentaram 31% da década de 1870 para a de 1880 (GARCIA, 2010, p. 77).

⁸ Inventário de João Simões Lopes, m. 366, m. 26, 1853, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas; Inventário de João J. Mendonça, n. 41, m. 1, 1862, 2º Cart. do Cível, Pelotas, APERS; Escritura de 11.05.1868, Livro de notas n. 11, 1º Tabelionato, Pelotas, Apers.

1\$000, é possível estimar que cada rês consumia, aproximadamente, \$725 em sal.⁹ A respeito dos gastos com mão de obra assalariada, utilizei o mesmo processo de liquidação da firma Viúva Vianna & Filhos. Nele, foram localizados alguns trabalhadores livres cobrando seus salários referentes à safra que se encerrava. A partir disso, é possível calcular os respectivos vencimentos anuais para o capataz (1:536\$), o patrão do iate (480\$), o graxeiro (384\$), o camarada do iate (320\$), o peão da casa (340\$) e o rondador (337\$). Somados, eles custavam, por ano, 3:397\$ ao charqueador. Arredondei para 4:000\$, vistos os possíveis prêmios dados aos escravos carneadores.¹⁰

Os gastos de manutenção com os escravos também são difíceis de calcular. Basicamente, envolviam roupas, cuidados médicos e, principalmente, alimentação. É provável que os escravos das charqueadas consumissem mais carne bovina que os de outras unidades produtivas e a preços menores que de outros mercados, sendo boa parte do dinheiro destinada à compra de outros produtos. Em janeiro de 1865, por exemplo, o administrador da charqueada dos Vianna comprou quinze sacos de farinha e um saco de feijão para alimentar um plantel de, aproximadamente, quarenta escravos, gastando 66\$, o que, em um ano, somariam 792\$. Em um plantel de 56 escravos, isso equivaleria a 1:108\$800. O cálculo do consumo de carne em outra charqueada pode ajudar nessa questão. Entre setembro e dezembro de 1847, o charqueador José de Sá Peixoto gastou 47\$180 com carnes para seus escravos (comprando o produto quase todos os dias), além de três varas de

⁹ Inventário de Thereza Silva Santos de Oliveira, n. 310, m. 21, 1849, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Apers; Inventário de Aníbal Antunes Maciel, n. 815, m. 48, 1875, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Apers. Nesses e em outros documentos, tanto na década de 1840 quanto na de 1870, por exemplo, um alqueire de sal valia 1\$000.

¹⁰ Processo de Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, n. 2.568, m. 74, 2º C. do Cível, Pelotas, 1865, APERS.

fumo (1\$200) e duas botijas de aguardente (\$600), somando 48\$980. Em um ano, esses gastos somariam 195\$920. Mas Sá Peixoto tinha apenas 21 escravos.¹¹ O proporcional em gastos de um plantel de 56 escravos seria 522\$453 por ano, apenas em carne, fumo e aguardente. Somados aos gastos com farinha e feijão, apontados no outro processo, seriam 1:631\$253 por ano.¹² A alimentação, certamente, era completada com as plantações das chácaras do proprietário, além da produção de alguns escravos.

Com relação aos cuidados médicos, os Vianna possuíam um convênio com o Dr. João Campello, ao qual pagavam 384\$ anuais por atendimentos “à sua família e escravos do seu estabelecimento de charqueada”. O plano não devia cobrir cirurgias, pois, entre 1863 e 1864, o médico cobrou um adicional de 320\$ para amputar as duas pernas de um escravo, 200\$ pela operação na bexiga de outro cativo e 50\$ pela costura abdominal de um escravo ferido. No total, o charqueador gastou 1:338\$000 entre 1863 e 1864, o que resulta em uma média de 669\$ por ano.¹³ Como o convênio incluía os cuidados médicos

¹¹ Inventário de José P. Sá Peixoto, n. 276, m. 19, 1847, 1º Cart. Órfãos e Provedoria, Pelotas, APERS.

¹² Devia ser difícil precisar comprar carne exclusivamente para os escravos, pois as partes dos próprios novilhos que chegavam para as charqueadas podiam servir para alimentá-los, sem causar grandes prejuízos ao charqueador. Em 1882, por exemplo, Louis Couty disse que as costelas dos bovinos eram destinadas à alimentação dos escravos. Mas quando fosse necessário comprar, o produto não devia custar tão caro. Em abril de 1865, quando a charqueada dos Vianna não estava mais abatendo, o administrador dos escravos comprou 150 costelas de gado durante um mês, pagando somente 6\$ (custo que, em um ano, seria de 72\$). (Liquidação da Viúva Vianna & Filhos). Um engenho cubano com 260 escravos consumia 2,5 reses por semana (FRAGINALS, 1989, p. 79). Portanto, uma charqueada com 52 escravos (20% do plantel indicado em Cuba) consumiria meio novilho por semana, o que daria 24 bovinos por ano. Ao preço de 16\$ o novilho, o custo seria 384\$000. Portanto, quando os senhores precisavam comprar carne no mercado local, o preço era muito pouco diante do volume de capital movimentado em uma safra na charqueada, como trato a seguir.

¹³ Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, Apers.

dos escravos, considere o valor integral como os custos médicos na senzala. Somando os gastos médicos com a alimentação, seriam 2:300\$253 por ano. Os gastos com as roupas são os mais difíceis de estimar, mas também deviam ser os mais baratos, visto o baixo preço dos tecidos e a presença de escravas costureiras nos plantéis.¹⁴ Estudando os relatórios oficiais de uma companhia mineradora de São João del Rei, Douglas Libby (1984, p. 98) encontrou uma média entre 58\$ e 59\$ de gastos gerais com cada escravo nos anos 1860. Para fins de estimativa, por falta de indicações mais seguras e para fechar um cálculo que resulte em uma média aproximada à encontrada por Libby, eu acrescentaria 700\$ de gastos com roupas e despesas eventuais para um plantel médio, entre 50 e 55 escravos. Somados aos cálculos anteriores, isso totaliza um custo anual aproximado de 3:000\$ com os escravos, com uma média entre 55\$ e 60\$ de gastos com cada escravo por ano, ou seja, um valor muito próximo do encontrado por Libby.

Também calculei em mais de 4:000\$ os gastos com barricas e pipas vazias para colocar o sebo e a graxa, equivalentes ao produto de uma charqueada que abatesse 20 mil novilhos.¹⁵ Com relação aos impostos, também foi possível fazer estimativas verossímeis. Como o preço do sal já trazia consigo os seus

¹⁴ Mesmo os relatórios da companhia mineradora inglesa estudada por Libby não revelam os gastos com roupas. Mas visto a fábrica possuir um departamento de costura, o autor considerou que as vestimentas dos cativos deviam estar incluídas nos gastos com mantimentos gerais (LIBBY, 1894, p. 98).

¹⁵ Este cálculo foi realizado da seguinte forma. Em 1876, 1 pipa com capacidade para 462 kg de graxa e 1 barrica para 100 kg de sebo coado podiam ser compradas no mercado por 7\$000 e \$800 réis, respectivamente. Tendo em vista que uma rês rendia, em média, 10 kg de graxa e 7 kg de sebo, uma safra que abatesse 20 mil novilhos exigiria a compra de 432 pipas e 1.400 barricas, resultando em gastos de 4:144\$. Os números foram retirados das contas do Inventário de Ismael Soares de Leivas, n. 972, m. 55, 1º cart. órfãos e provedoria, 1882, Pelotas, Apers, e de Louis Couty (COUTY, 2000, p. 125-127).

encargos e os impostos municipais dos couros e seus fretes eram pagos pelos negociantes estrangeiros, não incluo tais valores.¹⁶ Contudo, os charqueadores deviam pagar os impostos por profissões, por gado abatido no município e os direitos de exportação do charque. O primeiro era de 265\$ por empresário, o segundo, no caso aqui proposto, de uma safra com 20 mil novilhos abatidos, custava 425\$ ao charqueador, já o terceiro calculei em 6:658\$.¹⁷ É certo que existiam outros gastos adicionais, como reformar uma benfeitoria, por exemplo, mas não os incluo pelo simples fato de que também não estou incluindo os ganhos do charqueador com os aluguéis de escravos nas entressafras e até nas safras. Entre fevereiro e março de 1865, os Vianna receberam 560\$ referentes ao aluguel de seus escravos para dois charqueadores.¹⁸ A quantidade de cativos não é especificada, mas como, nos anos 1860, os serviços de um cativo das charqueadas valiam 30\$ mensais, é provável que tivessem sido alugados nove ou dez escravos por dois meses.¹⁹

¹⁶ Ver VARGAS, Jonas Moreira. “*Pelas margens do Atlântico*”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Capítulo 9.

¹⁷ Calculei os valores dos direitos de exportação no ano de 1863 a partir de uma regra de três simples. Se, naquele ano, foram abatidas 326.272 reses nas charqueadas e os impostos de exportação somaram 108:615\$240, o charque equivalente a 20 mil novilhos abatidos pagaria os direitos de 6:658\$ (para os direitos pagos e o gado abatido nas charqueadas, ver *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, n. 8, dez. 1922, p. 246-247; *Charqueadas e frigoríficos*: aspectos gerais da indústria pastoril do Rio Grande do Sul, de Fortunato Pimentel, 1950). Não fica claro se quem pagava os direitos de exportação era o charqueador ou o comerciante, que revendia suas mercadorias no porto. De qualquer forma, incluí na conta do charqueador, pois os maiores valores, como os fretes marítimos, pareciam ser pagos pelo comerciante carregador, como enfatizo a seguir.

¹⁸ Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, Apers.

¹⁹ Inventário de Mathilde da S. Vinhas, n. 567, m. 36, 1862, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, Apers.

Por fim, entre os ganhos do charqueador, acrescento 5:665\$, pelos fretes de um iate durante uma safra. Incluí esse valor porque Cândido Barcellos, quando adquiriu a sua charqueada, comprou-a com um iate.²⁰ O ganho médio do charqueador com os produtos da charqueada pode ser estimado a partir da conta entre Antônio José da Silva Maia e João Batista Balbé, em 1866. Segundo Maia, que remetia gado para ser abatido na charqueada de Balbé, o rendimento de um novilho (que ele não especifica, nem o peso e nem o valor), naquele ano, era de 2\$ por arroba de charque (sendo que uma rês dava, em média, 4,5 arrobas do produto, ou quase 70 kg), 5\$ por arroba de sebo, 4\$ por arroba de graxa, 4\$ a unidade do couro e 6\$ o cento de chifres.²¹ Como várias charqueadas produziam cinzas para o mercado, resolvi incluí-las nos cálculos de rendimentos, a partir das estimativas de Louis Couty.²² Maia, além de charqueador, era comerciante e fretava embarcações no porto de Rio Grande. Nos anos 1870, uma embarcação mandada para a Bahia, ou Pernambuco, cobrava \$350 a \$400 por arroba de charque carregado.²³ Em 1874-1875, um navio carregava 146,5

²⁰ Como todo médio ou grande charqueador possuía o seu iate, ele não precisava pagar os fretes até o porto de Rio Grande. Contudo, tinha que arcar com os salários do patrão do iate, seu camarada e a manutenção do iate. A segunda opção era mais rentável do que pagar fretes, pois a maior parte dos charqueadores tinha um iate. Um bom iate podia ser comprado, nos anos 1860, por 2:000\$. Os salários de um patrão de iate com seu camarada custavam 800\$ anuais. De acordo com Duarte de Souza, os fretes dos dois iates da charqueada de Vinhas rendiam mais de 6:400\$ por ano (ver nota anterior). Portanto, percebe-se que, em uma safra, o valor pago pelo iate era amortizado e ainda rendia lucros. Um fragmento das contas dos fretes do iate da charqueada dos Vianna demonstra que somente em janeiro de 1865, ele rendeu 944\$060. Liquidação da Viúva Vianna & Filhos, Apers.

²¹ Processo de Liquidação de João B. Balbé, n. 2.570, m. 74, 1866, 2ª Cart. Cível e Crime, Pelotas, Apers.

²² Conforme Couty (2000, p. 123), a tonelada de cinzas valia aproximadamente 100 francos (33\$333).

²³ Contrato de fretamento n. 1240, 12.03.1878 (JC-53, Fundo Junta Comercial, AHRs).

toneladas de charque, o que resultaria em um frete de mais de 3:900\$ até Pernambuco.²⁴ Contudo, a partir da análise dos contratos de fretamento, creio que era o comerciante do porto que pagava os fretes ao proprietário do navio e não os charqueadores. É provável que ele calculasse seus lucros sobre o frete pago. Contudo, não foi possível encontrar tais documentos e, nesse aspecto, tornam-se necessárias novas pesquisas.²⁵

Tendo sido feitas as devidas considerações, é possível verificar, a partir da Tabela 1, que a charqueada poderia apresentar um rendimento de 9,4% em uma safra dos anos 1860. Lembro que não incluí as entradas referentes aos aluguéis dos escravos. No entanto, posso ter subestimado alguns gastos, o que poderia compensar a não inclusão daqueles dados. Mas, como já disse, trata-se de uma estimativa cujo grau de erros e acertos só pode ser testado com livros contábeis originais. Assim como em outras empresas da época, esses rendimentos eram maiores em algumas safras e menores em outras, va-

²⁴ *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 06.12.1875 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro).

²⁵ Contratos de fretamento da Corretoria Geral de Rio Grande (Ver, por exemplo, JC-53 e JC-55, Fundo Junta Comercial, AHRs). Isso fica evidente nas centenas de contratos de fretamento dos anos 1860 e 1870. Eram poucos os charqueadores que apareciam pagando fretes aos comerciantes e proprietários de navios. Somente os charqueadores ricos atuavam nesse ramo. Acredito que eles compravam o charque dos médios e pequenos, que deixavam de arcar com os fretes marítimos, mas como o comerciante devia colocar sua taxa de lucro sobre o produto, forçando os preços do charque para baixo, devia dar no mesmo. Além disso, os comerciantes lucravam com o retorno dos seus navios que traziam açúcar, aguardente e sal na viagem de volta. Além disso, eram os comerciantes ingleses que pagavam os fretes dos couros.

riando de acordo com os preços dos produtos.²⁶ Tudo isso podia fazer os valores saltarem de 9,4% para quase 15%, ou caírem para 3% ou menos, podendo resultar em sérios prejuízos ao empresário. Tais oscilações foram muito comuns, pois os preços variavam em uma mesma safra e na mesma semana. Portanto, um charqueador que havia lucrado muito em uma safra não cairia em desgraça, caso sofresse um prejuízo na safra seguinte (desde que ele não fosse tão grande). Mas, no geral, o charqueador com déficits excessivos sucumbia diante das oscilações. Como ensinou Witold Kula (1979), estudando os rendimentos dos senhorios feudais pelotenses, em qualquer sociedade, a conta da empresa precisava estar equilibrada.

Tabela 1 – Estimativa média de rendimentos de uma charqueada em uma safra com abate de 20 mil novilhos (década de 1860)²⁷

Custos em uma safra		Produto estimado em uma safra	
Gado	320:000\$	Charque	180:000\$
Sal	14:490\$	Couros	80:000\$
Salários	4:000\$	Sebo	60:000\$
Barricas e pipas	4:144\$	Graxa	50:000\$
Manutenção escravos	3:000\$	Chifres	2:400\$
Impostos	7:348\$	Cinzas	8:300\$
		Frete (late)	5:665\$
Custos totais	352:982\$	Produto total	386:365\$
Rendimentos na safra	33:383\$		

²⁶ Caso o novilhão apresentasse um preço médio de 17\$, por exemplo, os custos aumentariam em 20:000\$, reduzindo os rendimentos para menos de 15 contos. Se o novilhão custasse 18\$, em média, o charqueador teria altos prejuízos na safra, mas se comprasse os novilhos uruguaios dos campos do Capitão Mendonça, avaliados em 12\$, o rendimento seria altíssimo (80:000\$ a mais). O preço pago pelos produtos também faziam os rendimentos oscilarem. Caso o charque aumentasse o preço da arroba de 2\$ para 2\$200, os ganhos aumentavam 18:000\$ no cálculo final. E se os couros acompanhassem o aumento do charque e saltassem de 4\$000 para 4\$500, ultrapassavam os 50 contos no final da safra (ou seja, valores próximos do que os Vinhas e os Vianna declararam em 1862 e 1864, como foi dito anteriormente).

²⁷ As fontes utilizadas para a composição da tabela estão descritas minuciosamente nas páginas anteriores.

O rendimento de 9,4% é apenas uma estimativa de um charqueador, que possuía como unidade produtiva somente a sua charqueada. Esse foi o caso da maioria dos charqueadores pelotenses. Caso possuísse uma olaria, o proprietário podia aumentar os ganhos, visto o barro ter um preço simplório, isso quando era comprado.²⁸ Ao fabricar os tijolos, construir casas para revendê-las ou alugá-las ou alugar os próprios escravos para a construção civil, ele podia potencializar sua economia sem muitos gastos. Comprar terrenos baratos, erigir casas e depois vendê-las podia auferir significativos lucros. Analisando a atuação econômica da família Rodrigues Barcellos, Carla Menegat pôde observar que o charqueador José era um “verdadeiro especulador imobiliário”. Ele e sua esposa negociaram quarenta imóveis entre 1832 e 1871 (MENEGAT, 2009). Quando faleceu, sua olaria havia sido repassada ao filho José Maria. José Rodrigues Barcellos estava entre os dez charqueadores mais ricos de Pelotas.

²⁸ É possível que as olarias dos charqueadores abastecessem de tijolos boa parte da região, intensificando a sua produção durante a entressafra das charqueadas. Tratava-se de um negócio muito lucrativo, pois, como a população crescia desenfreadamente, o número de casas a serem construídas acompanhava tais necessidades. Além disso, a vizinha Rio Grande também crescia a índices impressionantes. Em 1835, por exemplo, a superfície da cidade era de 36 hectares, em 1860, atingiu 75 hectares, mas em 1878, chegou a 458 hectares – um salto muito grande para pouco tempo. Tendo em vista que, em 1868, Rio Grande possuía apenas cinco olarias (enquanto Pelotas detinha 28), é provável que parte dos charqueadores suprisse uma parte considerável da construção civil da localidade. Nenhum outro município da Província possuía mais fábricas de tijolos do que Pelotas (ALVES, 1997, p. 48); Mapa demonstrativo das Fábricas e Produtos de alguns municípios desta província e de suas riquezas naturais. Quadro Estatístico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 1868. Códice E-1 (AHRS).

Comparando os rendimentos das charqueadas com o de outras atividades econômicas da época

No geral, os historiadores que se dedicaram a pesquisar os rendimentos das empresas escravistas não costumavam distinguir os rendimentos dos pequenos, médios e grandes produtores. É certo que os ganhos apontados na Tabela 1 podiam ser maiores, no caso dos charqueadores mais ricos, com estâncias no Uruguai e na campanha e com grandes embarcações. Eles podiam lucrar carregando o charque dos concorrentes nos seus navios e retornando suas embarcações com açúcar, aguardente e sal. Os investimentos em grandes estâncias retornariam em novilhos com um preço mais barato, além de poderem arrendar os seus campos. Além disso, eles podiam contar com outros ganhos, alugando suas casas e seus escravos e emprestando dinheiro na cidade. É impossível saber que tipo de ganhos os grandes charqueadores obtinham em tudo. Creio que, nas boas safras, deveriam ser maiores que os 9,4% indicados, deixando-os mais bem preparados para os períodos de safras ruins.

No Rio da Prata, um grande saladeiro, com uma variada gama de investimentos, podia render o dobro. Analisando as contas da enorme fábrica de Justo J. de Urquiza, em Entre Rios, verificou-se que, no auge, os seus lucros atingiram os 20% na década de 1850 (BARKSKY; DJENDEREDJIAN, 2003, p. 339). Contudo, de acordo com Barran e Nahum (1967, p. 128-129), um *saladero* uruguaio, numa época crítica (1862), podia render até 8% de ganhos sobre as despesas na mesma safra. O fato é que, sem os livros contábeis de uma média e de uma grande charqueada em Pelotas, fica difícil fazer uma afirmação precisa. Prefiro arriscar que os ganhos ficavam entre 7% e 9%, algo bastante plausível, se comparado a outras

empresas da época. Tais rendimentos eram levemente superiores a outros investimentos na pecuária. Conforme Juan C. Garavaglia (1999, p. 130-131), as estâncias de criação de gado em Buenos Aires obtinham um lucro médio de 1% a 8% no início dos anos 1850. Taxa semelhante foi encontrada por Luís A. Farinatti, na mesma época. Estudando a criação de gado em Alegrete, o autor percebeu que os grandes estancieiros podiam obter ganhos entre 3% e 7% por safra (FARINATTI, 2010, p. 142-145). Observe-se que se tratam de comparações entre empresas escravistas e não escravistas, mas ambas não apresentavam diferenças significativas.²⁹

Na agricultura, os rendimentos podiam ser maiores, mas também oscilavam bastante. Conforme Fragoso e Florentino (2001, p. 230-231), o retorno líquido de uma *plantation* podia chegar a um máximo de 12% ao ano, girando na média entre 5% e 10%. No Recôncavo baiano, Schwartz (1999, p. 202-205) estimou em 6,4% a taxa de retorno sobre o capital de um engenho, no final do século XVIII, sendo que, nas Antilhas inglesas, algo entre 5% era considerado razoável e 10% excelente. Contudo, as conjunturas de alta podiam oferecer lucros ainda maiores. Conforme Dauril Alden (1999, p. 568), o cultivo do algodão no Maranhão colonial podia oferecer rendimentos de até 50% nos momentos de alta dos preços. Para as décadas de 1870 e 1880, um observador declarou que os rendimentos médios de nove grandes fazendas de café no Sudeste do Brasil chegavam a 17% (MARCONDES, 1998, p. 150). Em Pernambuco, Eisenberg (1977, p. 67, 92) verificou que os engenhos tradicionais dos anos 1870 não atingiam 9% em lucros.

²⁹ No que diz respeito à criação de gados, isso parece evidente. Mas em relação aos *saladeros* e às charqueadas, o correto seria comparar os lucros de Urquiza com os de um grande charqueador pelotense, com muitas inversões de capital. Isso não foi possível estimar. Na comparação com os *saladeros* uruguaios, não há muita diferença entre os valores, mas esse é um problema de pesquisa, que ainda está em aberto e merece novos estudos.

É provável que, em Pelotas, algumas conjunturas fossem mais favoráveis, atraindo investidores de peso. Em 1869, em pleno auge das exportações de charque, encontrei um negociante firmando um contrato de arrendamento de uma charqueada em que pagaria 30:000\$ anuais. Tratava-se de um estabelecimento completo, com todas as benfeitorias, 74 escravos e 2 iates, cujo contrato era válido por 8 anos.³⁰ Ora, se o arrendamento estava custando esse preço, é provável que os rendimentos da charqueada, no período, certamente, fossem superiores aos 30 contos, como estimei na Tabela 1. Caso contrário, não valeria a pena arrendá-la. O mais interessante é que esse foi o maior valor pago por um arrendamento de charqueada que encontrei, por conta do proprietário alugar os escravos junto com o estabelecimento. Nos arrendamentos em que os escravos não faziam parte do contrato, as quantias pagas anualmente ficavam entre 4:000\$ e 5:000\$. Portanto, no contrato de 1869, o trabalho dos escravos valia cerca de 85% do usufruto da charqueada, enquanto o estabelecimento ficava em torno de 15%. Esse cálculo redime a estimativa de Bell mencionada anteriormente, com a qual, como já afirmei, concordo plenamente.

Auferindo um ganho de 33:383\$ na safra hipotética da Tabela 1, é possível considerar que, caso fosse o capital investido por Cândido Barcellos, o charqueador recuperaria 20,1% em uma safra. Seguindo os ritmos de abate apontados, o investidor amortizaria o capital invertido na fábrica e nos escravos em cinco safras. Mas como 20 mil reses abatidas anualmente era um número acima da média, é provável que ele recuperasse o capital inicial em seis ou sete safras, ou seja, praticamente a mesma taxa estimada pelo Visconde de São Leopoldo, em 1842, trazendo certa segurança às estimativas que ofereci anteriormente. Entretanto, nesse cálculo, se os rendimentos

³⁰ Escritura de 16.09.1869, Livro de Notas n. 12, 1º Tabelionato de Pelotas, Apers.

anuais obtidos devem estar próximos do que, de fato, um charqueador poderia obter, os custos iniciais podem estar muito superestimados. No geral, os charqueadores construíam suas próprias charqueadas e, quando as compravam, pagavam valores menores do que o pago por Cândido Barcellos no mercado. Como os valores dos galpões não eram muito altos, o capital investido nas benfeitorias era rapidamente recuperado. Nesse sentido, os verdadeiros gastos iniciais eram realizados na compra de escravos, cada vez mais caros, na segunda metade do século XIX.

Considerações finais

A charqueada escravista constituiu-se um investimento de capital, que apresentava ótimas taxas de retorno, se comparadas a outras unidades produtivas da época. Contudo, poucos foram os indivíduos capazes de realizar tamanhas inversões e, menos ainda, aqueles que atingiram grande fortuna material. Nesse sentido, não surpreende que os mais ricos possuísem patrimônios equivalentes aos das demais elites econômicas do Sudeste e do Nordeste do Brasil. Contudo, o estudo dos rendimentos de uma charqueada escravista é apenas um dos fatores que ajudam a explicar o processo de acumulação de tais fortunas, uma vez que os mais ricos também atuavam na criação de gado, no alto comércio e no prestamismo regional. Assim, espero ter contribuído para que novas perguntas sejam desenvolvidas e que novos estudos, com documentações inéditas, ajudem a tornar menos nebulosa a “mentalidade” das elites escravistas brasileiras e o funcionamento das engrenagens mais profundas do sistema econômico do período.

Agradecimento: Esta pesquisa foi financiada pelo CNPq.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. *A cidade de Rio Grande*. Rio Grande: Furg, 1997.

ALDEN, Dauril. O período final do Brasil Colônia (1750-1808). In: BETHELL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: Edusp, 1999. v. 3. p. 548-595.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. *Historia rural del Uruguay moderno (1851-1885)*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BARSKY, Osvaldo; DJENDEREDJIAN, Julio. *Historia del capitalismo agrario pampeano*. La expansión ganadera hasta 1895. Buenos Aires: Universidad de Belgrano/Siglo XXI, 2003.

BELL, Stephen. *Campanha Gaúcha: a brazilian ranching sistem, 1850-1928*. Stanford: Stanford University Press, 1998.

_____. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. *Journal of Historical Geography*, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 399-411, 1993. COUTY, Louis. *A erva mate e o charque*. Pelotas: Seiva, 2000.

DALMAZO, Renato A. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul - do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco (1840-1910)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FARINATTI, Luis Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

FRAGINALS, Manuel M. *O engenho*. São Paulo: Unesp; Hucitec, 1989. v. II.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (c. 1750 – c. 1840)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GARAVAGLIA, Juan C. Patrones de inversión y ‘elite económica dominante’: los empresarios rurales en la pampa bonaerense a mediados del siglo XIX. In: GELMAN, Jorge; GARAVAGLIA, J. C.; ZEBERIO, Blanca. *Expansión Capitalista y transformaciones regionales: relaciones sociales y empresas agrarias en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: La Colmena, 1999. p. 120-145.

GARCIA, Graciela. *Terra, trabalho e propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas & olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: UFPel, 2001.

KULA, Witold. Da tipologia dos sistemas econômicos. In: FOURASTIÉ, J. (Org.). *Economia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1979. p. 75-140.

LIBBY, Douglas. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na gestão da economia cafeeira: formas de enriquecimento no vale do Paraíba paulista durante o século XIX*. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Ufrgs, 2007.

PIMENTEL, Fortunato. *Charqueadas e frigoríficos: aspectos gerais da indústria pastoril do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria Continental, 1950.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VARGAS, Jonas Moreira. *“Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.